

Continuação da análise da entrevista do presidente Pinto a Folha de SP

“Folha - E a dificuldade política? Wilson Ferreira Jr. - Entendo que os grupos de interesses estejam articulados, faz parte da democracia. O sindicato deve ter os deputados que se alinham com as posições dele. Deputados ou governadores que entendem que têm direito extrapatrimonial na companhia, se não tem ação na companhia. Entendo que é uma empresa importante em algumas regiões e que queiram ter posição diferente.” Mas e os 200 milhões de brasileiros que teoricamente são donos da companhia? Que no ano passado viram que o Estado teve de aportar R\$ 3 bilhões na companhia para ela não quebrasse? Que saíram da conta de saúde, educação. Poderiam estar lá, e não conosco. O governo tem 60% da companhia, que não paga dividendo e nenhum centavo de imposto. A AES Tietê, a Tractebel, fazem a mesma coisa, têm lucro, pagam dividendo aos acionistas, e Imposto de Renda para o governo. A Oi entrou em recuperação judicial com 6,2 vezes o Ebitda. Estávamos em 9 vezes, reduzi para 4,1 no último trimestre.”

Comentário: Como dito acima, a Eletrobras é uma empresa estatal da sociedade brasileira, onde 60% de seu capital pertence aos 200 milhões de brasileiros! Portanto, é completamente legítima a preocupação e posicionamento de Deputados, Senadores e Governadores quanto a futuro da Eletrobras. Não é correto querer considerar a Eletrobras uma empresa privada, antes de uma eventual privatização! Não é correto permitir que um grupo de acionistas minoritários capture a gestão da Eletrobras e, utilizando os seus recursos, coloque em prática um plano para a uma privatização a toque de caixa. Não é correto e nem honesto falar do aporte de R\$ 3 bilhões, sem falar das indenizações da MP-579/12; sem falar dos custos das distribuidoras; sem falar dos custos com empréstimo compulsório; sem falar dos empreendimentos estratégicos, com Taxas de Retornos irrisórias, voltados para viabilizar a política e planos de expansão do poder concedente (MME e Aneel). Os exemplos AES Tietê e Tractebel não são bons, não são representativos e nem servem como base comparativa, uma vez que ambas são originárias de ativos estatais e só operam em con-

dições de “céu de brigadeiro”, não enfrentaram pedreiras e nunca vão cumprir um papel semelhante ao da Eletrobras. A Tractebel nasceu a partir de ativos prontos da Eletrosul e comercializa quase a totalidade de sua energia no mercado livre e, em casos de novos empreendimentos (energia nova), só entram se houver a parceria garantidora da Eletrobras. Quanto ao endividamento da Eletrobras, reduzido de 9 vezes para 4,1 vezes no último trimestre – isso comprova a potência que é a nossa Eletrobras, que mesmo com todas as dificuldades e ataques ao seu caixa, consegue se reerguer e contribuir com o país. Desta forma, o povo brasileiro não precisa “democratizar capital no exterior” e nem vender ativos importantes da Companhia. Liderança forte e comprometida, isso que a Eletrobras necessita!

“Folha - A venda de seis distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste vai ficar para depois de abril? Wilson Ferreira Jr. - Não, saem em abril. A Eletrobras vai ter de assumir o patrimônio líquido negativo delas para cada uma das seis valer R\$ 50 mil. O investidor que se comprometer a cobrar menos levará. No dia, o vencedor terá de depositar 30% do investimento a ser feito em cinco anos.”

Comentário: Para as colocações acima, usaremos alguns ditos populares para retratar o que isso representa: “galinha morta!”, “mamão com açúcar!”, “de graça até injeção na testa!, ou seja, compram as empresas distribuidoras por meros R\$ 50 mil (não é milhões, é mil mesmo), deixam um monstruoso patrimônio líquido negativo nas costas da Eletrobras, aumentam as tarifas, demitem trabalhadores e com isso, conseguem um excelente negócio com balanço limpo e no azul e, de quebra, depositam os 30% dos investimentos programados para 5 anos. Conforme item 31 da nota do MME, esse patrimônio líquido negativo abarcará: a) R\$ 11,2 (dívidas) + c) R\$ 15,8 bi (dívida com a Petrobras), algo em torno de R\$ 27 bilhões, caso os números do ministério estejam corretos. É esse montante de dívida que a Eletrobras terá que assumir para limpar os balanços das distribuidoras e viabilizar a venda aos ávidos empresários privados.

“Folha - Chesf e Furnas ficarão de fora?” Wilson Ferreira Jr. - Nada fica de fora. A empresa que faz sentido existir é uma holding com suas quatro principais operações: Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas. É a sinergia da holding e o tamanho dela que fazem sentido. Já vamos ter de tirar Eletronuclear e Itaipu. O projeto será muito importante. Algo que não se vê: o rio São Francisco nos últimos 20 anos perdeu muita água. Só se consegue recuperá-lo se investir entre R\$ 300 milhões e R\$ 500 milhões ao ano.”

Comentário: Quanta falta faz a presença de um líder visionário e estrategista? Quanto sofre uma companhia, quando seus potenciais estratégicos são desprezados e depauperados por conta de interesses que não são os da sociedade? Quem é inteligente e tem empresas como Chesf, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Eletronuclear e Itaipu, não se arrisca em aventuras mirabolantes, não joga fora suas potencialidades e não as submetem a interesses de uma meia dúzia. Parafraseando o Sr. Pinto Jr. – “TOO BIG FOR IRRESPONSIBLE ADVENTURES!” A recuperação do rio São Francisco, é uma questão de Estado e as medidas mitigadoras e de inserção regional devem ser tratadas como políticas públicas – independente da venda ou não da Chesf, Furnas ou da Eletrobras. Os valores citados de R\$ 300 ou R\$ 500 milhões sairão dos lucros ou dividendos? O que adianta vender a Eletrobras, sangrar o bolso dos consumidores e dizer que está re-

cuperando o rio? Os nordestinos sabem disso, compreendem a situação e não enxergam com bons olhos a entrega das águas do velho chico para uma empresa privada voltada apenas essencialmente para o lucro.

“Folha - O governo esperará a decisão do STF sobre valores com que geradoras arcam ao não entregar a energia contratada?”

Wilson Ferreira Jr. - Não sei de onde veio essa notícia, e nenhum ministro sabe. Mesmo se o governo quisesse aguardar a decisão do STF, o preço da privatização não mudaria.”

Privatização da Eletrobras não é válida e nem desejável por ferir os interesses da sociedade, logo, a obsessão por ela se transforma em doença grave e termi-



nal!

Comentário: Não por falta de inteligência, mas por fixação e obsessão na consecução do negócio, o vocabulário do entrevistado se limita a: vender, preço, privatização, ganho, lucro, dividendo e impostos, etc. Palavras como cautela, precaução, zelo, cuidado, modicidade, estratégia, consumidor, valor, compromisso, dentre outras que denotam prudência, não fazem parte do vernáculo. Pensamento de um CEO de classe mundial: “Qualquer técnica ou ideia, por mais válida e desejável que seja, se transforma em doença quando a mente fica obcecada por ela.” A ideia de privatização da Eletrobras não é válida e nem desejável por ferir os interesses da sociedade, logo, a obsessão por ela se transforma em doença grave e terminal!

PLANEJAMENTO DO CNE SERÁ REALIZADO EM PORTO ALEGRE

É importante alertar aos copanheiros (as) que o Planejamento do CNE será realizado de 24 a 27 de janeiro de 2018, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A recomendação do Coletivo Nacional dos Eletricistas é para que as Intersindicais façam seus planejamentos antes destas datas.